

MERCADOS



Bovespa recua 3% na semana, maior perda desde março de 2023

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Com dois dos principais nomes em baixa no fechamento (Petrobras e Itaú), a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não escapou da sexta perda diária consecutiva, igualando em extensão a série entre 10 e 17 de abril. O revés no intervalo que ora chega ao fim, contudo, é o maior desde a semana entre 20 e 24 de março de 2023, quando o Índice Bovespa (Ibovespa) havia cedido 3,09%. Agora, o Ibovespa acumula perda de 3% em relação ao ponto em que estava na última sexta-feira, elevando a 7,36% o recuo no ano e colocando o de maio a 1,29% - tendo virado do positivo ao negativo no mês, na quarta-feira.

A pouca variação nesta última sessão da semana se fez acompanhar por leve giro, de R\$ 16,9 bilhões. Nesta sexta, o índice da B3 operou de forma indecisa até o meio da tarde, quando passou a aprofundar as mínimas, em linha com piora do câmbio e na curva de juros doméstica. No piso do dia, foi aos 124.259,33 pontos, saindo de máxima na sessão a 125.257,27 e de abertura aos 124.731,39 pontos. O nível de fechamento desta sexta-feira, aos 124.305,57 (-0,34% na sessão), foi o menor desde 18 de abril, e é também o terceiro entre os mais baixos do ano - agora mais perto do piso de 2024, de 124.171,15.

Em Nova York, o destaque é o Nasdaq, que subiu 1,1%, acumulando ganho de 1,41% na semana, a despeito do desempenho de Dow Jones (-2,33%) e de S&P 500 (+0,03%) no intervalo.

Petrobras (ON -0,34%, PN -0,54%) e Itaú (PN -0,96%) - na semana, Petrobras PN caiu 0,22% e a ON cedeu 0,67%, com Itaú PN em queda de 4,15% no intervalo. Vale ON lutou e conseguiu fechar em leve alta de 0,05%, recuando 1,66% na semana.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque na sessão desta sexta-feira para Azul (+5,18%), Energisa (+3,82%) e CSN (+2,44%). No lado oposto, Magazine Luiza (-7,04%), Petz (-3,28%) e Suzano (-2,32%).

DÓLAR

Na contramão do sinal de baixa da moeda norte-americana no exterior, o dólar à vista ganhou força nas últimas horas de negociação e encerrou a sessão desta sexta-feira, em alta, no maior nível de fechamento no mês.

Com máxima a R\$ 5,1765, o dólar à vista fechou com avanço de 0,27%, cotado a R\$ 5,1679 - maior valor de fechamento desde 30 de abril (R\$ 5,1923).

Na semana, a moeda acumulou valorização de 1,29%, reduzindo as perdas no mês a 0,47%.

GÁS NATURAL

ANP libera pré-operação do Terminal da Compass

DENISE LUNA/AE

A diretoria colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou por unanimidade, em reunião extraordinária realizada nesta sexta-feira, a pré-operação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito de São Paulo (TRSP), com ressalvas.

O TRSP é da Compass e foi construído no Porto de Santos, São Paulo, com uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia, armazenamento de 150.000 m³ e um investimento aproximado de R\$ 670 milhões.

Segundo a ANP, o projeto está "umbilicalmente ligado ao

gasoduto Subida da Serra", cuja polêmica decisão sobre a natureza da operação - se de transporte ou transmissão - ainda tramita na agência. Por este motivo, o GNL produzido no TRSP não poderá utilizar o gasoduto Subida da Serra até que a decisão sobre a vocação do gasoduto seja tomada.

"Há dois projetos interconectados umbilicalmente, o terminal TRSP e o gasoduto Subida da Serra, e minha recomendação é ressaltar que esta decisão não está necessariamente indicando o que decorrerá do resultado do processo de Subida da Serra", disse a diretora Symone Araújo ao votar acompanhando a relatora, diretora Patrícia Baran.

PRIMEIRO TRIMESTRE

Seguros de pessoas arrecadam R\$ 17,1 bi

Os seguros de pessoas arrecadaram R\$ 17,1 bilhões em prêmios no primeiro trimestre deste ano, de acordo com a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi). O levantamento, feito a partir de dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), mostra um crescimento de 16,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

O ramo de vida respondeu por 47% do valor arrecadado no

período, seguido pelo prestamista, que garante o pagamento de operações de crédito, e que foi responsável por 28% do total.

Outros 13% vieram de produtos do segmento de acidentes pessoais.

Os maiores crescimentos foram do seguro funeral, com alta de 32,2% em relação ao primeiro trimestre de 2023, além de vida individual, com crescimento de 29,4%, e de acidentes pessoais, com crescimento de 21,5%.

ABRIL

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas externas do país tiveram saldo negativo em abril de 2024, chegando a US\$ 2,516 bilhões, informou nesta sexta-feira o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2023, o déficit havia sido de US\$ 247 milhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A piora na comparação interanual é resultado da redução do superávit comercial, que teve queda US\$ 578 milhões. Contribuindo para o resultado negativo nas transações correntes, os déficits em serviços e renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas) aumentaram em US\$ 844 milhões e US\$ 1,1 bilhão, respectivamente.

Já a renda secundária oscilou de déficit para superávit, com variação de US\$ 249 milhões.

Em 12 meses encerrados em abril, o déficit em transações correntes foi US\$ 35,271 bilhões, 1,57% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US\$ 33,002 bilhões (1,48% do PIB) no mês passado. Já em relação ao período equivalente terminado em abril de 2023 houve retração; na ocasião, o déficit em 12 meses somou US\$ 50,646 bilhões (2,52% do PIB).

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, que se inverteu a partir de março. Ele ressaltou que é um déficit externo baixo para os padrões da economia brasileira que está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que tem fluxos de boa qualidade. "Com isso, a gente tem as condições de financiamento da economia brasileira", disse.

Os dados do Investimento Direto no País (IDP) no mês de abril somaram US\$ 3,867 bilhões, com aumento de 26% em relação ao resultado de abril de 2023, que

foi de US\$ 3,059 bilhões.

No acumulado de janeiro a abril de 2024, o déficit nas transações correntes ficou em US\$ 17,310 bilhões, contra saldo negativo de US\$ 12,867 bilhões no primeiro quadrimestre de 2023.

BALANÇA COMERCIAL

As exportações de bens totalizaram US\$ 31,356 bilhões em abril, um aumento de 11,7% em relação aos R\$ US\$ 28,074 bilhões em abril do ano passado. As importações somaram US\$ 24,558 bilhões, também com elevação de 18,6% na comparação com abril do ano passado, quando chegaram a US\$ 20,699 bilhões.

Sobre as importações, reduzindo o superávit comercial, Rocha explicou que o aumento na quantidade de bens importados puxou o crescimento, com destaque para os criptoativos, que são caracterizados como bens e contabilizados na balança comercial. Em abril, foram importados US\$ 1,7 bilhão em criptomoedas, crescimento elevado em relação aos US\$ 763 milhões registrados em abril de 2023.

Segundo o chefe de Estatísticas do BC, a popularização desses ativos explica a alta. "Embora criptoativos não sejam mais uma novidade, eu diria que ainda estão ganhando mercado", disse. "Ao longo do tempo, as pessoas estão tendo maior conhecimento sobre como usar criptomoeças, sobre as transações que podem fazer, mais serviços que estão surgindo, mais formas de investimento", acrescentou.

Com esses resultados, a balança comercial fechou com o superávit de US\$ 6,798 bilhões no mês passado, ante saldo positivo de US\$ 7,376 bilhões no mesmo período de 2023. "A soma de exportações e importações dá dimensão da abertura comercial brasileira. É a maior corrente de comércio registrada", destacou Rocha.

SERVIÇOS

O déficit na conta de serviços - viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros - somou US\$ 3,985 bilhões em abril, ante US\$ 3,142 bilhões em igual mês de 2023, crescimento de 26,9%. Segundo Rocha, o déficit

em serviços vem aumentando neste ano e, no mês passado, foi o principal responsável pelo aumento do déficit das transações correntes.

Ela acrescentou que a conta vem se diversificando; enquanto despesas com transporte e viagens internacionais tradicionalmente refletiam as tendências da conta, nos últimos meses rubricas associadas a serviços digitais, operações por plataformas e de pagamento de licenças de softwares têm ganhado importância, mesmo que em amplitude menor que transporte, por exemplo.

Na comparação interanual, a maior alta da conta foi no déficit em serviços de propriedade intelectual, que cresceram 175%, somando US\$ 889 milhões.

As despesas líquidas com transportes cresceram 36,5%, somando US\$ 1,4 bilhão. Já em aluguel de equipamentos, o déficit teve alta de 36,6%, para US\$ 856 milhões. As duas rubricas estão associadas à dinâmica da atividade produtiva, investimentos e volume de importações.

No caso das viagens internacionais, em abril, o déficit na conta fechou com redução de 30,5%, chegando a US\$ 544 milhões, resultado do aumento de 37,2% (para US\$ 620 milhões) nas receitas (que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil) e redução de 5,8% nas despesas de brasileiros no exterior (para US\$1,2 bilhão).

"É o maior valor em receitas para o mês de abril. E quando olhamos dados do Ministério do Turismo e da Embratur vemos isso ratificado", disse Rocha, explicando que o crescimento das receitas maior que as despesas explica a redução do déficit da rubrica.

RENDAS

Em abril de 2024, o déficit em renda primária - lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários - chegou a US\$ 5,482 bilhões, aumento de 25% ante os US\$ 4,387 bilhões no mesmo mês de 2023. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil - e eles remetem os lucros para fora do país - do que de brasileiros no exterior.

As despesas líquidas com

juros passaram de US\$ 1,159 bilhão em abril de 2023 para US\$ 1,778 bilhão no mês passado, aumento de 53,4%. No caso dos lucros e dividendos associados aos investimentos diretos e em carteira, houve déficit de US\$ 3,732 bilhões em abril, frente aos US\$ 3,244 bilhões de déficit observado no mesmo mês de 2023.

A conta de renda secundária - gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens - teve resultado positivo de US\$ 154 milhões no mês passado, contra déficit US\$ 95 milhões em abril de 2023.

FINANCIAMENTO

Como citado anteriormente, os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) subiram na comparação interanual. O IDP somou US\$ 3,867 bilhões em abril passado, ante US\$ 3,059 bilhões em abril de 2023, resultado total dos ingressos líquidos em participação no capital. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 67,338 bilhões (3,01% do PIB) em abril de 2024, ante US\$ 66,530 bilhões (2,98% do PIB) no mês anterior e US\$ 67,399 bilhões (3,36% do PIB) no período encerrado em abril de 2023.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo. A previsão do BC é que os investimentos diretos no país cheguem a US\$ 70 bilhões em 2024, segundo o último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve saída líquida de US\$ 6,675 bilhões em abril de 2024, composta por despesas líquidas de US\$ 6,055 bilhões em títulos da dívida e de US\$ 620 milhões em ações e fundos de investimento. Nos 12 meses encerrados em abril último, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US\$ 1,4 bilhões.

NOVA PRESIDENTE

Magda estreia na Petrobras com petroleiros em estado de greve

DENISE LUNA/AE

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, vai enfrentar, em sua primeira semana de gestão, o estado de greve aprovado esta semana pelos empregados da estatal associados à Federação Única dos Petroleiros (FUP). A entidade prepara um ato no próximo dia 29, em frente à se-

de, no Rio de Janeiro, além de paralisações nas bases operacionais e demais bases administrativas da Petrobras e subsidiárias.

De acordo com o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, apesar de estar confiante na gestão da executiva, aprovada nesta sexta-feira, como presidente da estatal, há necessidade de atenção urgente à agenda in-

terna da categoria petroleira, para soluções de problemas estruturantes do plano de previdência e do plano de saúde, além de outros temas, como o novo plano de cargos e salários e reposição de efetivo.

"Esperamos que a nova gestão da companhia preze pelo respeito e bom relacionamento com o movimento sindical e os trabalhado-

res", afirmou Bacelar em nota.

O sindicalista ressaltou que as ideias de Chambriard vão ao encontro de propostas defendidas pela Federação, principalmente em relação ao fortalecimento da indústria naval nacional, com contratações de embarcações no Brasil, além de conteúdo local, ampliação do parque de refino e apoio ao setor de fertilizantes.

Nota

VETO DE LULA À TAXAÇÃO DE COMPRAS NÃO CONTRADIZ ATUAÇÃO DA RECEITA, DIZ SECRETÁRIO

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou nesta sexta-feira, que um possível veto do presidente Lula, à taxaço de compras internacionais não contradiz a atuação da Receita para

fechar o cerco às importações ilegais na Remessa Conforme. "Não há relação entre uma coisa e outra", disse. "Só o fato de haver o Remessa Conforme, hoje, com 100% do controle desse comércio internacional, já nos permite atuar, independente da cobrança de tributo." Barreirinhas frisou que o Remessa Conforme não foi uma medida de arrecadação, mas de controle do comércio exterior.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

ENERGIA

Ministro apresenta diretrizes para renovação de concessões

POR LUCIANA COLLET
E LUDMYLLA ROCHA



LULA MARQUES/ABRASIL

Após meses de reiteradas promessas de finalizar os trabalhos de aprimoramento das diretrizes sobre a renovação das concessões de distribuição de energia, o Ministério de Minas e Energia (MME) finalmente encaminhado à Casa Civil uma proposta de decreto contendo as regras que deverão ser seguidas para a renovação dos contratos, ou licitação, das 20 concessões com vencimento entre 2025 e 2031 e que atendem 64% do mercado nacional.

A minuta do decreto encaminhada à Casa Civil, à qual o Grupo Estado teve acesso, confirma em ampla medida iniciativas anteriormente já comentadas pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), como a orientação de que a prorrogação das concessões está condicionada à demonstração de que as atuais operadoras prestam serviço adequado - conforme critérios definidos e a serem verificados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), relativos ao fornecimento de eletricidade e à gestão econômico-financeira.

Indicadores relacionados à continuidade do fornecimento (como frequência e duração média das interrupções - FEC e DEC) e à eficiência econômico-financeira serão aferidos individualmente a cada ano civil. O não atendimento do critério de continuidade do fornecimento por três anos consecutivos ou o não atendimento do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, poderá eliminar a possibilidade de renovação da concessão.

O documento detalha que será considerado um período de apuração composto pelos cinco anos civis anteriores ao da recomendação de prorrogação (com 21 meses de antecedência em relação ao fim do contrato), excluídos os anos anteriores a 2021 para o critério de gestão econômico-financeira.

A minuta também confirma que empresas com declaração de caducidade da concessão terão o requerimento de prorrogação indeferido. Essa questão veio à tona especialmente diante do pedido de Silveira de uma rigorosa fiscalização a respeito da operação da Enel São Paulo, após graves problemas enfrentados pela distribuidora para retomar o fornecimento de energia a clientes após fortes temporais, entre novembro do ano passado e os primeiros

meses deste ano. O evento foi também um dos motivadores para a obrigatoriedade de estabelecer um canal direto para atendimento de órgão público municipal e estadual.

Caso a atual concessionária não cumpra as exigências para prorrogação contratual, ela poderá apresentar um plano de transferência de controle societário ou realizar um aporte de capital em valor que garanta a sustentabilidade da concessão, na forma e montante a serem estabelecidos pela Aneel (no caso de não atendimento do critério de gestão econômico-financeira). Nestes casos, a proposta estabelece a possibilidade de prorrogação, nos mesmos termos atuais, por até 24 meses, para a realização de processo licitatório de uma nova concessionária.

A proposta de decreto também indica que a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão, a ser elaborada pela Aneel, deverá conter cláusulas que assegurem mais de 30 compromissos, como a sustentabilidade econômico-financeira das concessionárias, inclusive por meio de aporte de capital; o atendimento de seu mercado, nos prazos regulamentados, inclusive por meio dos programas de universalização instituídos pelo governo, a satisfação dos usuários, por meio da apuração de indicadores de tempo de atendimento de serviços e pesquisas de opinião pública, indicadores de qualidade de serviço, entre outros.

Conforme também adiantou o ministro de Minas e Energia, os novos contratos irão determinar o cumprimento de determinadas metas de continuidade do fornecimento para um percentual mínimo de conjuntos elétricos, além do valor global que hoje é avaliado. Também definirão a apuração de indicadores de duração e fre-

quência de interrupções sem aplicação de expurgos, bem como a definição de metas de eficiência na recomposição do serviço após eventos climáticos extremos. Atualmente, as interrupções em ocorrências extraordinárias não são contabilizadas.

Em relação à possível limitação de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio em caso de descumprimento de indicadores de qualidade técnica, comercial e econômico-financeiros, a decisão foi facultada à Aneel.

MUDANÇAS

Vislumbrando mudanças futuras na dinâmica do setor, seja por conta de uma esperada abertura do mercado livre para a baixa tensão, seja por causa de inovações tecnológicas, as diretrizes sugerem que os contratos deverão prever potenciais aprimoramentos relacionados, por exemplo, a diferenciação de tarifa por diferentes critérios (locacional, de qualidade e geográficos). Também sugerem potencial "separação dos serviços a serem prestados inicialmente pela concessionária, que sejam futuramente passíveis de serem prestados em ambiente competitivo por outros agentes setoriais".

Por outro lado, o contrato permitirá que a concessionária exerça outras atividades empresariais e ofereça novos serviços aos consumidores, "por sua conta e risco" e que favoreçam a modicidade tarifária, desde que autorizados pela Aneel.

"A preparação do setor de distribuição para o futuro é medida inadiável. Enquanto a produção de energia pelos próprios consumidores e os veículos elétricos já são parte da realidade, as redes elétricas inteligentes, a internet das coisas e outras tecnologias disruptivas impoirão, nas próximas décadas, desafios a serem su-

perados pelo segmento de distribuição de energia elétrica", justificou o MME.

CONTRAPARTIDAS

Como contrapartidas pela prorrogação, as diretrizes definem que as concessionárias não serão indenizadas pela eventual abertura ao ambiente competitivo e determinam que as empresas deverão desenvolver "ações para a redução da vulnerabilidade e para o aumento da resiliência das redes de distribuição frente a eventos climáticos" e fortalecer o atendimento a áreas rurais, especialmente nas regiões com potencial para o agronegócio e agricultura familiar, além de promover a inclusão energética.

Segundo o documento, os recursos para tais investimentos deverão vir de receitas acessórias próprias e complementares e de valores arrecadados referentes à ultrapassagem da demanda, mas poderão ser complementados por políticas públicas específicas.

Conforme a minuta do decreto, distribuidoras cujos contratos não vencem entre 2025 e 2031 poderão aderir às condições do novo contrato, mas a adesão não implicará a prorrogação dos respectivos prazos contratuais nem reequilíbrio econômico-financeiro.

Segundo o MME, a antecipação "garante previsibilidade às atuais concessionárias, inclusive no que se refere à tomada de crédito para investimentos em expansão e melhorias" e também permite antecipar "as retribuições pela prorrogação, referentes à preparação do setor de distribuição para o futuro e aos compromissos sociais, em especial os relativos à melhoria do serviço público de distribuição".

LICITAÇÃO

As concessões não prorrogadas ou que tenham sido extintas deverão ser licitadas. A minuta do decreto define que a licitação será realizada sem reversão dos bens e a indenização pelos ativos ainda não amortizados ou depreciados a serem transferidos para a nova concessão deverá ser paga pelo vencedor do certame à antiga concessionária.

Caso o valor a ser pago pelo vencedor não seja suficiente, o saldo remanescente será quitado pelo fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR). O MME ainda publicará diretrizes para prestação temporária de serviço por parte de concessionária designada, seja a própria concessionária ou entidade indicada pelo Poder Concedente.

Hidrogênio verde

Lula: países terão de investir em energia

SOFIA AGUIAR
E CAIO SPECHOTO/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, enalteceu o potencial do Brasil como um país produtor no mundo contra o que classificou de baixa autoestima que acompanha os brasileiros. Lula disse que o Brasil não irá produzir hidrogênio verde apenas para exportar e, se os países tiverem interesse no produto, precisarão trazer desenvolvimento.

"O povo brasileiro sempre teve uma autoestima baixa, porque sempre nos induziram a acreditar que tinha alguém melhor lá fora", disse o presidente da República, durante inauguração de planta de Etanol de Segunda Geração da Raízen nesta sexta-feira, em Guariba (SP). "Nós precisamos acreditar que, de quando em quando, Deus dá

oportunidade para nós, a natureza dá oportunidade para nós, e temos que saber se queremos aproveitá-la ou não em nosso benefício ou se queremos pegar aquilo que foi acertado e dar pros outros e continuar pobre."

Lula comentou que, como presidente da República, está "num time que tem 203 milhões de jogadores". "Todo santo dia, tenho que acordar levantando a autoestima da minha tropa, dos meus jogadores", contou. "Digo aos ministros: 'Não há possibilidade de pessimismo de alguém que mora no País, que tem a competência do Brasil, que já perdeu tantas oportunidades, mas que é o maior produtor de suco de laranja, café, açúcar...'"

Com investimento de R\$ 1,2 bi, a unidade da Raízen é considerada a maior do mundo e tem capacidade estimada de produção de 82 milhões de litros.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
DH Patrimonial Empreendimentos e Participações LTDA - CNPJ: 46.842.261/0001-50, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2023/05050.01, Licença Municipal Prévia para Construção de um galpão industrial para uso de comércio atacadista com pavimento térreo e mezanino na Estrada da Pedra, s/n, lotes 03 ao 09 do PAL 21.839 - Guaratiba/RJ.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 1º e 2º

Em cumprimento a dispositivos estatutários, são convidados os associados do SINDUSCON-RIO a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 31 de maio de 2024, sexta-feira, às 11h em 1ª convocação e às 11h15 em 2ª convocação, na sede do Sinduscon-Rio, à Rua do Senado, 213 - Centro/RJ, com a seguinte: **ORDEM DO DIA 1.** Apreciar o Relatório Anual, Balanço e Demonstrativo de Resultados, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer da Auditoria, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, para sua aprovação; 2. Assuntos Gerais. Contando com a sua presença, inscrevem-se nos. Rio de Janeiro, 25 de maio de 2024.
Claudio Kawa Hermolin
Presidente do Sinduscon-Rio

Geração Bioeletricidade Santa Cândida II S.A.
CNPJ/MF nº 14.759.176/0001-36 - NIRE 33.300.352.996
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente, o Diretor Presidente da **Geração Bioeletricidade Santa Cândida II S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.759.176/0001-36 ("Companhia") convoca os Srs. acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada de forma exclusivamente digital, em 31 de maio de 2024, às 15 (quinze) horas e 30 (trinta) minutos, para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a consignação da renúncia da Diretoria da Companhia; (ii) a alteração dos cargos da Diretoria e a extensão do mandato da Diretoria para 3 (três) anos; (iii) a eleição de nova Diretoria; (iv) a alteração do exercício social da Companhia; (v) a alteração do endereço da sede da Companhia; (vi) a ampla reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme versão disponibilizada na sede da Companhia; (vii) a autorização para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76 ("LSA"); e (viii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da assembleia geral, incluindo, sem limitação, a assinatura de todos os documentos necessários à efetivação das deliberações acima. **Disposições gerais:** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às deliberações a serem tomadas na referida Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem por meio da referida plataforma. Para tomar parte e votar na Assembleia, o acionista deve provar sua qualidade como tal, apresentando, em até 02 (dois) dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral Extraordinária, seus documentos de representação pertinentes. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados aos cuidados de Isis Paula Cerinotti Malhães, ao e-mail "isis.malhães@elera.com" com o assunto "AGE 31/05/2024", sendo que o link da Assembleia será enviado pela administração da Companhia em resposta ao referido e-mail com até 1 (uma) hora de antecedência da realização da Assembleia. Os acionistas representados por procuradores deverão encaminhar os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes no Art. 126, § 1º da LSA. Rio de Janeiro/RJ, 23 de maio de 2024.
Fernando Mano da Silva - Diretor Presidente. (23, 24 e 25/05/2024)

Balancos patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	41	34	4.770	1.194
Contas a receber de clientes	1.284	1.150	18.226	20.785
Adiantamento de direitos autorais	-	-	3.338	1.846
Impostos e contribuições a recuperar	315	394	5.154	5.698
Estoques	-	-	18.166	19.168
Despesas antecipadas	19	18	1.191	1.356
Outros créditos e valores	8.480	6.583	666	1.214
Total do ativo circulante	10.139	8.179	51.511	51.261
Não circulante				
Realizável a longo prazo	-	-	-	-
Outras contas a receber	4.294	-	4.600	-
Depósitos judiciais	-	1	2.934	1.760
Mútuo com partes relacionadas	-	-	10.700	10.700
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	564	564
	4.294	1	18.798	13.023
Investimentos	31.482	23.907	-	-
Imobilizado	-	873	332	1.272
Intangível	-	-	103	208
Total do ativo não circulante	35.776	24.780	19.233	14.503
Total do ativo	45.915	32.959	70.745	65.764
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.016	2.980
Fornecedores	68	308	15.071	19.817
Direitos autorais a pagar	-	-	6.552	9.002
Proventos e obrigações sociais	-	-	1.281	1.624
Impostos e contribuições a recolher	264	282	4.105	3.806
Adiantamento de terceiros	4	3	168	1.948
Receita diferida	-	-	973	1.005
Outras contas a pagar	26.091	26.728	13.371	13.813
Total do passivo circulante	26.427	27.321	45.537	53.996
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.833	2.833
Impostos e contribuições a recolher	1.092	-	1.386	1.514
Provisão para perda nos investimentos	-	33	-	-
Provisão para contingências	1.489	1.014	3.916	2.664
Outras contas a pagar	16.214	16.214	16.380	16.380
Total do passivo não circulante	18.795	17.261	24.515	23.390
Patrimônio líquido				
Capital social	9.722	9.722	9.722	9.722
Prejuízos acumulados	(9.029)	(21.345)	(9.029)	(21.345)
Total do patrimônio líquido	693	(11.623)	693	(11.623)
Total do passivo e patrimônio líquido	45.915	32.959	70.745	65.764

Demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	1.084	900	101.506	77.802
Custo dos produtos e serviços vendidos	(406)	(249)	(33.141)	(26.011)
Lucro bruto	678	650	68.366	51.792
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas de vendas	-	(1)	(9.705)	(11.314)
Despesas com pessoal	(352)	(263)	(17.691)	(16.097)
Despesas gerais e administrativas	(225)	(637)	(17.399)	(13.666)
Direitos autorais	-	-	(7.186)	(7.007)
Resultado de equivalência patrimonial	10.230	(1.795)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	4.284	972	4.622	(829)
Total	13.936	(1.724)	(47.358)	(48.912)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	14.614	(1.074)	21.007	2.880
Receitas financeiras	-	140	141	324
Despesas financeiras	(1.206)	(1.205)	(5.952)	(4.903)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	115	105
Total	(1.206)	(1.065)	(5.696)	(4.475)
Resultado antes dos impostos	13.408	(2.139)	15.312	(1.595)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(30)	(1.904)	(574)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.092)	-	(1.092)	-
Resultado do exercício	12.316	(2.169)	12.316	(2.169)
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e Demonstrações de outros resultados abrangentes (Em milhares de Reais)				
	Capital social	Lucros / Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2021	9.722	(19.176)	(9.454)	(9.908)
Prejuízo do exercício	-	(2.169)	(2.169)	(2.169)
Saldo em 31/12/2022	9.722	(21.345)	(11.623)	(12.251)
Lucro do exercício	-	12.316	12.316	12.316
Saldo em 31/12/2023	9.722	(9.029)	693	(11.623)

Jorge Rodrigues Carneiro
Diretor Presidente
Lucio Pompeu
Diretor Financeiro
Elaine Alves de S. Cruz
Contadora
CRC-RJ 088989/O-3

As Demonstrações Contábeis completas, com as notas explicativas, encontram-se disponíveis na sede da empresa e no seguinte endereço eletrônico: <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/>

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Solenidade da Santíssima Trindade

"Eis que eu estarei convosco todos os dias, até ao fim do mundo" (Mt 28,20)

Celebramos neste domingo a Solenidade da Santíssima Trindade, após termos encerrado, na semana passada, o tempo da Páscoa com a celebração de Pentecostes. Na segunda-feira, retomamos o tempo comum com a memória de Maria, Mãe da Igreja, na sétima semana do tempo comum durante o ano, e neste domingo celebramos a primeira das três solenidades que ocorrem ao longo desse tempo. A primeira solenidade é a celebração da Santíssima Trindade, a segunda é Corpus Christi, que celebraremos na próxima quinta-feira, dia 30 de maio, e a terceira solenidade é do Sagrado Coração de Jesus, que celebraremos no dia 7 de junho. Estamos também encerrando a Semana Laudato Si' de 2024 com o tema: "Sementes de Esperança" e o lema: "Não há mudanças duradouras sem mudanças culturais; não há mudanças culturais sem mudanças nas pessoas" (LD, 70). Estamos vivendo neste final de semana a 1ª Jornada Mundial das Crianças, criada e convocada pelo Papa Francisco.

Aqui no Rio de Janeiro, vivemos a 98ª Semana Eucarística em preparação à Solenidade de Corpus Christi com o tema: "Eucaristia e Oração" e o lema: "O Pão nosso de cada dia nos dai hoje" (Mt 6,11). Também comemoramos, de 24 a 26 de maio, o Centenário de reabertura do nosso Seminário São José, mais antigo do Brasil (285 anos) com a presença do substituto do Secretário de Estado do Vaticano D. Edgar Peña Parra. Muitos motivos para agradecer ao Senhor por tantos dons.

Ao celebrarmos a Solenidade da Santíssima Trindade rendemos graças a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, não são três "deuses", mas três pessoas e um único Deus. Ao longo da história da salvação, há momentos oportunos das três pessoas da Santíssima Trindade se revelarem. Na criação do mundo e em quase todo o Antigo Testamento Deus Pai se revela e transmite Sua mensagem por meio dos profetas. Depois, num tempo determinado, o Verbo se faz carne: temos o rosto humano de Deus. Por fim, por mais que já estivesse presente desde o início do mundo, após a ressurreição de Jesus, no Dia de Pentecostes, que celebramos na semana passada, Jesus revela o Espírito Santo. Ele sopra sobre os discípulos o "sopro" da nova criação e os envia em missão, e nasce a Igreja primitiva.

O "sinal da Cruz" é o sinal da nossa salvação, é a identidade de todo o cristão católico. Somos batizados em nome da Santíssima Trindade, e, ao longo da nossa vida, podemos traçar sempre sobre nós o sinal da Cruz, sobretudo antes dos momentos de oração. Uma forma de resumirmos e de ficar fácil para o entendimento de todos nós, a ação das pessoas da Santíssima Trindade é a seguinte: Deus Pai que nos criou, Deus Filho que nos redime e o Deus Espírito Santo que nos santifica. A Santíssima Trindade é o exemplo de comunidade perfeita, vive em plena comunhão de amor. O Pai totalmente voltado para o Filho, o Filho totalmente voltado para o Pai e o Espírito Santo totalmente voltado para os dois. Assim devem ser as nossas comunidades, colocar tudo em comum e viver em plena comunhão de amor. No início da missa, aquele que preside diz: "A graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito Santo estejam convosco", e a assembleia responde: "Bendito seja Deus que nos reuniu no amor de Cristo". Ou seja, nos reunimos em nome da Santíssima Trindade e em plena comunhão de amor uns com os outros para ouvirmos a Palavra e comungarmos do Corpo de Cristo.

Celebremos com confiança o mistério da nossa fé, que a Santíssima Trindade sempre nos acompanhe desde o início dessa missa e, após a missa nos acompanhe em nossas ações diárias. A liturgia deste domingo tem o foco justamente na Santíssima Trindade e mostra o amor de Deus por cada um de nós ao longo da história da salvação.

A primeira leitura da missa é do Livro do Deuteronômio (Dt 4,32-34.39-40), Moisés nesse trecho do Livro de Deuteronômio reconhece a grandeza de Deus e diz ao povo que reconheça também essa grandeza do Senhor. Não existe outro Deus que teria feito tanto pelo povo como o Deus que criou todo o universo, o resgatou do Egito e o conduziu à terra prometida. Outro Deus já teria desistido do povo, por conta de suas infidelidades, mas Deus é fiel, e está sempre propenso a perdoar, mesmo com as infidelidades do povo.

Por fim, Moisés adverte ao povo para que cumpra os mandamentos do Senhor e dessa forma ser feliz, junto com a família. Agindo dessa forma o Senhor abençoará a vida aqui na terra e concederá a vida eterna. Esse Deus que Moisés exalta é o Deus uno e trino.

O Salmo responsorial é o 32 (33), que diz em seu refrão: "Feliz o povo que o Senhor escolheu por sua herança", felizes somos nós porque Deus nos escolheu, desde que fomos batizados pertencemos ao Senhor, Ele nos conhece pelo nome, e nos faz participar de sua herança. A herança que Deus nos proporciona é a vida eterna, ou seja, a vida não termina aqui, mas somos chamados a ser felizes aqui e depois na vida eterna.

A segunda leitura é da carta de São Paulo aos Romanos (Rm 8,14-17). Paulo diz que devemos nos deixar conduzir pelo Espírito Santo, é Ele que nos atesta que de fato somos filhos de Deus. No batismo somos marcados pelo Espírito Santo e esse Espírito Santo nos acompanha a vida inteira, somos chamados a viver a nossa vida segundo o Espírito Santo e não segundo a carne, pois o Espírito nos orienta para Deus e a carne para o pecado.

O Espírito Santo nos atesta que somos filhos de Deus, e se somos filhos receberemos como herança a vida eterna e viveremos para sempre ao lado de Deus. Vivemos eternamente a comunhão com a Santíssima Trindade.

O Evangelho é de Mateus (Mt 28,16-20), esse trecho é o final do Evangelho de Mateus e retrata o que estávamos celebrando até semana passada, no tempo da Páscoa. Após a ressurreição e ascensão de Jesus ao céu, os 11 discípulos vão até a Galileia para se encontrarem com Jesus, conforme o anjo havia recomendado. Foi na Galileia que Jesus iniciou a sua missão, até culminar em Jerusalém, por isso, é a partir da Galileia que Jesus envia os discípulos para que fizessem tudo aquilo que Ele fez. Jesus lhes dá a força do Espírito Santo para que tudo aquilo que eles fizessem, fizessem em nome de Jesus.

SISTEMA VIÁRIO

Embate jurídico em SP trava processo de fraude bilionária

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

Uma ação que revela todos os detalhes de um suposto esquema de fraudes bilionárias em licitações de obras no sistema viário de São Paulo está travada desde fevereiro em meio a um embate sobre o foro competente para julgar o caso: a Justiça de São Paulo ou a Justiça Federal.

A Promotora estadual cobra R\$ 4,5 bilhões de gigantes da construção que teriam formado um cartel para se apossar dos contratos do Programa de Desenvolvimento do Sistema Viário Estratégico Metropolitano de São Paulo, gestão do então prefeito Gilberto Kassab (PSD), em 2008 - ele não é acusado na ação.

A ação civil foi levada à Justiça de São Paulo no fim de dezembro do ano passado pelo Promotor de Defesa do Patrimônio Público, braço do Ministério Público que investiga corrupção e improbidade.

Em 88 páginas, o promotor de Justiça Sílvio Antônio Marques põe sob suspeita contratos e aditivos de oito obras públicas, municipais e estaduais, que teriam sido fraudados pelo grupo empresarial, denominado "clube das empreiteiras".

O total do prejuízo, segundo a ação, chega R\$ 2 bilhões. Incluindo danos morais, a cobrança do MP bate em R\$ 4,5 bilhões a serem ressarcidos ao Tesouro estadual.

A ofensiva do MP estadual esbarra em uma investigação do Ministério Público Federal no âmbito da Operação Monte Carlo, que teria conexão com os fatos apontados pela Promotora estadual.

O imbróglio está sob análise da Justiça, que vai decidir a quem cabe, de fato, tocar a apuração - até isso ocorrer, a ação fica paralisada porque qualquer passo dado agora poderá ser alvo de nulidade mais adiante.

A ação civil do MP estadual travou em fevereiro e aguarda uma decisão sobre a competência para julgamento.

COMPETÊNCIA

O juiz Bruno Luiz Cassiolato, da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, determinou a remessa do caso à Justiça Federal. O juiz alegou conexão com uma outra investigação, ancorada na Operação Monte Carlo.

"As pessoas apontadas no polo passivo da presente demanda estão inseridas no polo passivo daquela demanda (Monte Carlo), as obras públi-

cas relacionadas nesta demanda estão referidas naquela demanda, a descrição do esquema fraudulento está descrito da mesma forma em ambos os processos judiciais e até mesmo os pedidos formulados perante esta Justiça Estadual e naquela Justiça Federal, ao menos em parte, e embora por fundamentos diversos, também são coincidentes e não podem ser voltados contra os envolvidos em duplicidade", justificou o magistrado.

O Ministério Público de São Paulo recorreu e conseguiu uma vitória provisória. A desembargadora Mônica Serrano, da 7ª Câmara de Direito Público, suspendeu a transferência dos autos para a Justiça Federal até o Tribunal de Justiça de São Paulo bater o martelo sobre a tramitação do caso.

A Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo enviou uma nova manifestação aos desembargadores, reiterando que, na avaliação da instituição, a ação deve tramitar na Justiça estadual.

O principal argumento é que as obras questionadas na ação do Ministério Público paulista fizeram parte do pacote do Programa de Desenvolvimento do Sistema Viário Estratégico Metropolitano de São Paulo, que não recebeu aportes federais.

"Resta evidente que, no presente processo, não há o envolvimento de interesse direto ou indireto da União", diz um trecho do documento.

O Ministério Público estadual destaca que, embora o contexto e os réus sejam os mesmos, os processos envolvem licitações diferentes. "Ora, a formação de cartel em análise em um processo não implica conexão com outros no quais existam conluio fraudulento. Os agentes são os mesmos, mas os objetos estão bem delimitados por licitações/contratações em que as empresas cartelizadas realizaram a ilícita divisão de mercado."

Há também uma preocupação com a reunião de processos complexos e em estágios diferentes, o que na avaliação da Procuradoria de Justiça de São Paulo pode atrapalhar o andamento processual e atrasar o desfecho.

A ação relativa à Operação Monte Carlo foi proposta em 2019 pelo Ministério Público Federal. O processo do Ministério Público de São Paulo foi ajuizado em dezembro de 2023.

O MP chama atenção ainda para a distribuição de valores de multas se houver condenação.

Na avaliação do órgão, a transferência do processo à Justiça Federal pode abrir caminho para uma disputa indevida pelo dinheiro que eventualmente venha a ser devolvido aos cofres públicos. "Concordar com a reunião dos processos perante a Justiça Federal poderia acarretar o risco de destinação à União de quantias exclusivamente do Estado e do Município de São Paulo."

A decisão cabe agora ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Não há data para o julgamento. Até lá, o processo deve ficar travado.

OPERAÇÃO DO CARTEL

O cartel formado pelas maiores construtoras do País veio à tona na Operação Lava Jato. Essas empresas teriam se unido para fraudar licitações, corromper agentes públicos e desviar recursos.

A Promotora de São Paulo afirma que o cartel fraudou contratos do programa viário, que custou cerca de R\$ 4 bilhões aos cofres públicos.

"As irregularidades consistiam em fraudes no procedimento licitatório e na subscrição indevida de termos aditivos", diz o MP.

Incluindo danos morais e materiais coletivos na ação que propôs, Sílvio Marques reivindica R\$ 4,5 bilhões para o Tesouro estadual.

"Os prejuízos devem ser ressarcidos individualmente ou coletivamente pelos demandados, mesmo as empresas que não executaram obras, pois as contratações apenas ocorreram em virtude do 'acordo de mercado' relatado", defende o promotor.

Ele sustenta que Andrade Gutierrez, Odebrecht (atual Novonor), Queiroz Galvão (atual Álya Construtora), OAS (atual Metha) e Camargo Corrêa lideravam a divisão dos contratos.

Essas construtoras formavam o que a ação chama de "G5" - a cúpula do suposto cartel. Outras 14 empresas também teriam ligação com o cartel, mas esporadicamente.

O principal acusado é o ex-diretor da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.), engenheiro Paulo Vieira de Souza. Ele teria ajudado a direcionar contratos em troca de propinas - o montante cobrado por ele, segundo a investigação, girava entre 5% e 6% do valor das obras.

Paulo Vieira teria interferido na elaboração dos editais para favorecer as empresas. Os delatores contam que tudo foi acer-

tado em reuniões em hotéis próximos da sede da Dersa, no Itaim, em São Paulo.

O MP resume assim o papel de Paulo Vieira: foi o principal responsável por "organizar o mercado" e se tornou uma espécie de "líder" do cartel.

As cláusulas dos editais seriam definidas de acordo com os interesses das construtoras. Depois, aditivos foram fechados para aumentar o valor definido inicialmente no contrato. O Ministério Público estima que essas renovações levaram a um acréscimo de quase 25% na maioria dos contratos.

"As condutas dos agentes públicos e particulares envolvidos configuraram crimes e atos de improbidade dolosos que causaram enorme prejuízo ao Estado de São Paulo e ao Município de São Paulo", afirma o Ministério Público.

Os contratos foram fechados na gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD), em 2008. Ele foi citado por delatores como beneficiário de R\$ 3,4 milhões em caixa dois da Odebrecht na campanha à reeleição, naquele ano.

Os colaboradores relataram à Justiça que o então prefeito recebeu executivos em seu apartamento, no Jardim Europa, para tratar de 'doações'.

Em 2014, o cacique do PSD teria atuado como "arrecadador" do partido, que recebeu R\$ 17 milhões da construtora, ainda segundo as delações.

Kassab não integra o polo passivo da ação, ou seja, ele não é acusado. Durante a investigação da Promotora, ninguém o mencionou como envolvido nas fraudes atribuídas a Paulo Vieira. Segundo o MP, Kassab foi processado em outra ofensiva por supostamente receber dinheiro da Odebrecht. Com base nas revelações dos delatores da empreiteira que apontaram reuniões no apartamento de Kassab e o suposto acordo de doações via caixa 2 no montante de R\$ 3,4 milhões, em valores da época, para a campanha da reeleição, a Promotora ingressou com uma ação em 2017.

Na ocasião, o MP fechou acordo com a Odebrecht. A ação chegou ao seu final e a empresa continua pagando as parcelas ajustadas no pacto. O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, anulou as provas com relação a Kassab e mandou excluir o ex-prefeito da ação. Em nota, a defesa de Kassab informou que "ele não é parte na ação e que os fatos a ele relacionados foram objeto de autos já arquivado, inclusive no STF".

REDES SOCIAIS

MP mira Nunes e ex-secretário por expor menores vulneráveis

SAMUEL LIMA/AE

A Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público de São Paulo conduziu inquérito contra o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o ex-secretário de Assistência e Desenvolvimento Social Carlos Bezerra Júnior (PSD) em razão de postagens nas redes sociais em que interagem com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O MP investiga se houve uso indevido de imagem para fazer propaganda da gestão municipal na internet.

Procurada, a Prefeitura de São Paulo afirmou ao *Estadão* que respeita a legislação e está à disposição para prestar informações ao MP. O ex-secretário, que retomou o cargo de vereador na Câmara Municipal de São Paulo na janela partidária, declarou que já prestou esclarecimentos ao Ministério Pú-

blico e que "não foi violado nenhum direito garantido às crianças e adolescentes em nenhuma das ações divulgadas e citadas na denúncia". Ele argumenta que as publicações são uma medida de transparência sobre a atuação do servidor público e que os materiais ajudam a convencer outras pessoas a aceitarem o encaminhamento para os serviços de acolhida.

O procedimento foi aberto no dia 11 de abril, a partir de requerimento apresentado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) em julho do ano passado. A parlamentar reuniu, na época, oito postagens feitas nas contas do prefeito e do ex-secretário no Instagram. Segundo ela, a exposição de crianças e adolescentes sem nenhum tratamento que impossibilite a identificação é uma prática recorrente nas contas de ambos.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE E DA 2ª SÉRIE DA 82ª (OCTOGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 1ª e 2ª Séries da 82ª (octogésima segunda) Emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries dos CRI da 82ª Emissão da Emissora, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46 ("Agente Fiduciário"), a HIK DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO EM ENERGIA LTDA, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, salas 1.213 e 1.214, Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 48.914.488/0001-99 ("HIK"), a MARS ENERGIA SOLAR LTDA, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, sala 1.706 (parte), Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 48.914.555/0001-75 ("Mars Energia") e a VENUS ENERGIA SOLAR LTDA, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, sala 1.706 (parte), Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 53.666.106/0001-95 ("Venus"), sendo HIK, Mars Energia e Venus denominadas "Cedentes", a ser reunirem em 17 de junho de 2024, às 10:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinar, discutir e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração das seguintes características dos CRI da 2ª Série da 82ª Emissão da Emissora: (a) a data de emissão dos CRI da 2ª Série para 24/06/2024; (b) o prazo dos CRI da 2ª Série para 3.535 dias corridos; (c) Periodicidade, forma de pagamento de remuneração e amortização dos CRI da 2ª Série, conforme anexo; (d) Data do primeiro pagamento da remuneração e amortização programado dos CRI da 2ª Série, conforme anexo. (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** a) participação e a votação na Assembleia Geral serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo *link* de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, conforme item 11.9 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: fiduciario@trusteedtm.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecendo as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (fiduciario@trusteedtm.com.br) e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizadora.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 27 de maio de 2024.
Atenciosamente, CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Amanda Martins - Diretora de Securitização
Anexo I - [Disponível no site da Emissora: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissora/2462011344>]

ABORTO

Moraes suspende processos baseado em resolução do CFM

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou nesta sexta-feira a suspensão de processos judiciais e administrativos baseados na resolução aprovada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para proibir a realização da assistolia fetal para interrupção de gravidez em casos de estupro.

A nova decisão de Moraes é complementar ao despacho proferido na semana passada, quando o ministro suspendeu a aplicação da norma do CFM. O procedimento de assistolia é usado pela medicina nos casos de abortos previstos em lei, como o caso de estupro.

No despacho desta sexta-fei-



GUSTAVO MORENO/STF

ra, o ministro também proibiu a abertura de processos disciplinares com base na resolução.

As decisões sobre a questão foram motivadas por uma ação

protocolada pelo PSOL. Em abril, a Justiça Federal em Porto Alegre suspendeu a norma, mas a resolução voltou a valer após o Tribunal Regional Federal (TRF)

da 4ª Região derrubar a decisão.

Ao editar a resolução, o CFM entendeu que o ato médico da assistolia provoca a morte do feto antes do procedimento de interrupção da gravidez e decidiu vetar o procedimento.

Contudo, Moraes entendeu que houve "abuso do poder regulamentar" do CFM ao fixar regra não prevista em lei para impedir a realização de assistolia fetal em casos de gravidez oriunda de estupro.

O ministro também lembrou que o procedimento só pode ser realizado pelo médico com consentimento da vítima.

Quinta-feira, entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres participaram de um protesto em frente ao prédio do CFM, em Brasília.

CRISE CLIMÁTICA

Tragédia no RS já soma R\$ 1,67 bi em indenizações de seguros

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Empresas de seguro que atuam no Rio Grande do Sul já receberam 23.441 comunicados de acidentes decorrentes dos efeitos adversos dos temporais que atingem o estado desde o fim de abril. Segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (Cnseg), somados, os avisos de sinistros já ultrapassam a casa dos R\$ 1,67 bilhão a serem pagos em indenizações, mas ainda estão muito distantes de representar a real dimensão dos prejuízos da catástrofe.

"Neste momento, uma parte muito grande dos segurados sequer avisou os sinistros ocorridos. Sequer entraram com os

pedidos de indenização. Isso é natural, porque as pessoas estão cuidando de questões muito mais prementes. Cuidando de suas sobrevivências e de salvar seus bens. Muitas pessoas vão deixar para fazer as notificações assim que as coisas se acalmarem mais", disse o presidente da entidade, Dyogo Oliveira.

Para Oliveira, dada a extensão da área atingida e o fato de áreas densamente povoadas terem sido afetadas, esse será, provavelmente, o maior conjunto de indenizações já pago pelo setor segurador no Brasil em consequência de um único evento, superando o rompimento da barragem de Brumadinho (MG), da mineradora Va-

le, em 2019.

"E as seguradoras já vêm adotando procedimentos muito rapidamente para pagar os sinistros mais simples. Muitas seguradoras já estão pagando as primeiras indenizações e temos notícias de que, em média, há pagamentos sendo feitos em até 48 horas, com processos simplificados, inclusive dispensando vistorias e auditorias", assegurou Oliveira.

Conforme os dados fornecidos por 140 seguradoras associadas à Cnseg, o maior número de avisos de sinistro registrados entre 28 de abril e 22 de maio vem de clientes residenciais/habitacionais, totalizando 11.396 comunicados, o equivalente a

cerca de R\$ 240 milhões em pagamentos previstos. Em seguida vêm os contratantes de seguro automotivo, com 8.216 registros ou cerca de R\$ 557 milhões, e o seguro agrícola, com 993 registros ou R\$ 47 milhões.

Seguros como o empresarial, de transporte, riscos diversos e riscos de engenharia resultaram em 2.450 avisos de sinistros, totalizando uma previsão de pagamento de indenizações de pouco mais de R\$ 322 milhões. Já os seguros contra grandes riscos, ou seja, seguros corporativos que incluem, entre outros, os empreendimentos de infraestrutura, englobam 386 avisos e atingem cerca de R\$ 510 milhões.

ARARAGUARA

Governo Lula investe R\$ 143 milhões em prevenção a enchentes

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Com objetivo de evitar alargamentos em áreas sensíveis da cidade, permitindo o enfrentamento dos impactos de eventos climáticos extremos e promovendo desenvolvimento urbano sustentável e segurança para a população, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, nesta sexta-feira, da assinatura da ordem de serviço de obras de macrodrenagem e reurbanização de áreas afetadas por enchentes em Araraquara, no interior de São Paulo. As obras terão investimento de R\$ 143 milhões do governo federal, por meio do Ministério das Cidades.

Em discurso, Lula falou sobre ações diversas do governo federal e disse que voltou à Presidência da República porque o país "estava sendo destroçado pelo negacionismo, por pessoas que negavam (a ciência)". Para o presidente, é preciso combater a intolerância e resgatar a civilidade no país e o respeito entre as pessoas.

"Queremos construir um país que vive em harmonia, que tenha fraternidade, que tenha solidariedade, como agora a solidariedade do Brasil inteiro com o povo do Rio Grande do Sul, que está sofrendo a maior catástrofe climática da história daquele estado [...]. É esse país que queremos criar, que uma cidade ajude a outro, um prefeito ajude o outro, que um irmão ajude o outro", ressaltou Lula.

Em dezembro de 2022, Araraquara foi atingida por fortes chuvas e entrou em situação de emergência; nove pontos do município foram afetados, e a queda de uma ponte deixou mortos e feridos. Desde então, o governo federal liberou R\$ 5,1 milhões para recuperação de cinco dessas áreas.

Estão previstas, agora, obras de saneamento integrado nas bacias do Ribeirão do Ouro, Córrego da Servidão, Córrego Capão do Paiva e afluentes. Por meio do Ministério dos Trans-

portes, o governo federal também cedeu à prefeitura de Araraquara um trecho desativado da ferrovia operada pela Concessionária Rumo para a construção de uma lagoa de retenção, para prevenir inundações na cidade.

No local será construído o Parque dos Trilhos, com áreas verdes, de lazer e convivência, além de ciclovias. O parque é visto como símbolo de junção da cidade, antigamente dividida pela linha férrea, pois ligará a área central e a Vila Xavier, que conta com cerca de 40 mil habitantes. "Culturalmente, os trilhos separavam não só a cidade, mas os moradores. Os que tinham mais condições financeiras viviam na parte dos trilhos próxima ao centro. Os demais, no 'bairro dos pobres', a Vila Xavier", explicou a Presidência da República em comunicado.

AÇÕES EM SAÚDE

Durante a cerimônia com o presidente Lula, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e o prefeito de Araraquara, Edinho Silva, assinaram a adesão do município ao programa Mais Acesso a Especialistas, do Ministério da Saúde. No termo, a prefeitura se compromete a disponibilizar sua rede de serviços para os municípios próximos.

EDINHO SILVA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez elogios ao prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva (PT), cotado para assumir um espaço no governo federal e na presidência do Partido dos Trabalhadores a partir de 2025. De acordo com Lula, se analisar todos os prefeitos do Brasil, não terá nenhum melhor que o mandatário da cidade do interior paulista.

"Araraquara tem um prefeito que, se você pegar os 5.700 prefeitos deste país, você não vai encontrar nenhum melhor que o companheiro Edinho. Nenhum. Mais qualificado, mais preparado", disse Lula.

MULHERES VÍTIMAS

STF cria marco civilizatório ao proibir exposição sexual

O Supremo Tribunal Federal estabeleceu um marco civilizatório ao decretar a inconstitucionalidade de uma antiga "estratégia" de defesa de acusados por estupro ou violência contra a mulher - a exposição da vida sexual da vítima. A avaliação é de advogados criminalistas.

Taxativamente, e por unanimidade, os ministros baniram nesta quinta, 23, a argumentação recorrente de defensores que buscam revitimizar a vítima expondo publicamente sua vida pregressa durante a audiência de instrução ou de julgamento, na tentativa de desqualificá-la.

A relatora da ação movida pela Procuradoria-Geral da República foi a ministra Cármen Lúcia.

"O julgamento estabelece um marco civilizatório no combate à violência contra a mulher, preservando-se a dignidade das vítimas de crimes sexuais ao estabelecer medidas concretas para impedir o processo de revitimização durante o processo e o julgamento do caso", considera o criminalista

Fernando Hideo Lacerda.

Em seu entendimento, "o STF consolidou a tese de que o direito de defesa do réu não pode ser exercido com desprezo à dignidade da vítima, exigindo que o Estado atue efetivamente para impedir que a vítima seja transformada em ré nos processos apuratórios de crimes sexuais e de violência contra a mulher".

Hideo Lacerda pondera que o julgamento do Supremo "coíbe abusos manifestos no exercício do direito de defesa que importem a revitimização de mulheres agredidas e reconhecendo-se o dever do poder público e de todos os atores processuais de zelar pelo respeito à dignidade das vítimas".

O veterano criminalista Sérgio Rosenthal diz que "a vedação legal à manifestação sobre circunstâncias alheias aos fatos objeto de apuração nos crimes contra a dignidade sexual representa uma importante evolução civilizatória e visa impedir a culpabilização da vítima, especialmente em casos de estupro".

EM 2 ANOS

Dengue: semana de maio registrou maior porcentual de testes positivos

VICTÓRIA RIBEIRO/AE

Segundo análise do Instituto Todos Pela Saúde (ITpS), 34,5% do total de testes de dengue realizados entre 5 e 11 de maio apresentaram resultados positivos. No recorte semanal, esse percentual de positividade é o maior já registrado nos últimos dois anos. Para ter ideia, no mesmo período de 2023, o pico de positividade foi de 26%, e em 2022, de 20,5%. Os dados foram obtidos a partir de aproximada-

mente 500 mil exames diagnósticos realizados entre maio de 2022 e maio de 2024 pelos laboratórios Fleury, Hilab, HLAGyn, Hospital Israelita Albert Einstein e Albert Sabin.

Este é o segundo aumento nos casos positivos de dengue em 2024. O primeiro ocorreu na primeira semana do ano, de 31 de dezembro de 2023 a 6 de janeiro de 2024, e os índices permaneceram elevados durante todo o mês. Esta tendência contrasta com a observada nos

anos anteriores. Em 2023, o pico de positividade no primeiro semestre, atingindo 23%, ocorreu na semana epidemiológica 15 (9 a 15 de abril), enquanto em 2022, o maior percentual, de 32%, foi registrado na semana epidemiológica 16 (17 a 23 de abril).

PERFIL

Na semana encerrada em 11 de maio, os Estados apresentaram diferentes taxas de positividade para dengue. O Paraná

liderou com 41%, seguido por Goiás e São Paulo, ambos com 38%. Minas Gerais registrou 30%, enquanto Rio Grande do Sul teve 29% e o Distrito Federal apresentou 21%. Mato Grosso ficou com 5%. Segundo o ITpS, os demais Estados não forneceram dados suficientes para análise individual, mas a participação no estudo foi relevante para se ter uma visão mais abrangente da situação da doença em todo o território nacional.

CNM

Prejuízos por enchentes no RS sobem para R\$ 10,4 bi, só no agro, R\$ 2,95 bi

ISADORA DUARTE/AE

Levantamento parcial da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) revela que as tempestades registradas desde 29 de abril no Rio Grande do Sul provocaram pelo menos R\$ 10,4 bilhões em prejuízos financeiros, R\$ 800 milhões a mais ante o reportado há uma semana. Os números contabilizam perdas de municípios que enviaram os dados à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A confederação esclarece

que os impactos são informados pelos próprios municípios. São dados parciais, relatados à medida que os danos são contabilizados.

A CNM estima que 3,6 milhões de pessoas tenham sido afetadas, sendo que 445 seguem desaparecidas e foram reportadas 163 mortes, de acordo com dados da Defesa Civil e extraídos do sistema do Ministério de Desenvolvimento.

A confederação calcula que 469 municípios foram afetados, sendo 340 com reconhecimento estadual e federal de situação de emergência e 78 em estado de

calamidade pública. Destes, apenas 94 municípios informaram os valores de danos e prejuízos públicos e privados, o equivalente aos R\$ 10,4 bilhões. No relatório, a CNM lembra que as chuvas no Estado iniciaram há um mês, em 24 de abril.

Segundo a CNM, dos prejuízos financeiros relatados, R\$ 4,6 bilhões referem-se ao setor habitacional, com 108,6 mil casas danificadas ou destruídas, R\$ 3,4 bilhões foram relatados no setor privado e R\$ 2,4 bilhões no setor público.

A agropecuária é o setor econômico privado com mais per-

das financeiras levantadas, somando R\$ 2,945 bilhões. Dos municípios que auferiram os prejuízos, R\$ 2,7 bilhões estão relacionados à agricultura e R\$ 245,4 milhões à pecuária. A indústria reportou R\$ 267 milhões em prejuízos. Outros R\$ 130,2 milhões foram relatados por comércios locais.

No setor público, o levantamento contabilizou prejuízos de R\$ 1,7 bilhão em obras de infraestrutura (pontes, estradas, drenagem urbana) e R\$ 428,6 milhões em instalações públicas, como escolas, hospitais e prefeituras.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels: (21)

99122-4278



FRAUDE ELEITORAL

Castro festeja absolvição no TRE-RJ, mas Freixo lembra denúncia no STJ

MATEUS CERQUEIRA/AE

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), disse na rede social X, antigo Twitter, que a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) - que por 4 votos a 3 o absolviu das acusações de irregularidades na campanha de 2022 - respeitou a escolha livre e soberana dos mais de 4,8 milhões de eleitores fluminenses que votaram nele.

Em uma série de tweets, Castro expressou sua gratidão e reafirmou sua confiança na Justiça: "recebo com profunda humildade a decisão da corte eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Desde o início deste processo, reiterei a confiança na Justiça, o que se comprovou hoje. A democracia, pilar fundamental da nossa sociedade, foi brindada com esta decisão."

Castro também mandou um recado direto para Marcelo Freixo (PT), ex-deputado e autor da ação contra ele: "repito o que sempre disse ao ex-deputado Marcelo Freixo: respeite o resultado das urnas e a vontade do nosso povo. A democracia hoje é a grande vencedora."

A decisão do TRE-RJ veio após acusações de abuso de

poder político e econômico, envolvendo o uso de estruturas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Centro Estadual de Pesquisa e Estatística do Rio (Ceperj) para pagar cabos eleitorais.

FREIXO IRÁ RECORRER

O Ministério Público Eleitoral (MPE) e a defesa de Freixo já anunciaram que irão recorrer da decisão, possivelmente levando o caso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em um Tweet, logo após a decisão, Freixo apontou que Castro não pode se preocupar somente com a Justiça Eleitoral, mas também com as denúncias por corrupção no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"Eu já ganhei e já perdi eleições, Cláudio Castro. Todas elas disputadas por mim de forma limpa e democrática, sem contratar quase 30 mil funcionários fantasmas para fazer campanha e sem desviar dinheiro público. Não é só com a Justiça Eleitoral que você tem que se preocupar, com a criminal também, afinal você responde denúncia por corrupção no STJ. O final dessa história é trágico e o povo do RJ felizmente já conhece", tuitou Freixo.

CASO ANIC

Mistério envolve sumiço de advogada em Petrópolis

Quase três meses após o desaparecimento da advogada Anic de Almeida Peixoto Herdy, de 54 anos, a Polícia Civil ainda não tem pistas sobre seu paradeiro. Quatro suspeitos já estão presos, mas eles negam qualquer tipo de envolvimento. Anic desapareceu no fim da manhã de 29 de fevereiro, pouco depois de deixar a pé um shopping de Petrópolis, na região serrana do Rio.

Os investigadores trabalharam com diferentes hipóteses. A principal linha de investigação é de que a advogada tenha sido sequestrada por Lourival Correa Netto Fadiga, que era homem de confiança da família. Lourival e mais três pessoas estão presos desde março, acusados de extorsão mediante sequestro.

QUEM É ANIC

A advogada e estudante de Psicologia é casada há duas décadas com Benjamin Cordeiro Herdy, de 78 anos. Benjamin é herdeiro de uma família que foi proprietária de um importante grupo educacional no Rio. O casal vive em Petrópolis, na serra fluminense.

VISTA PELA ÚLTIMA VEZ

Imagens do circuito de monitoramento de um shopping em Petrópolis mostram o momento em que Anic estaciona o carro no estacionamento. É possível ver ainda que ela troca mensagens por celular. Minutos depois, uma câmera do lado de fora do centro comercial flagrou a advogada atravessando uma rua. Depois disso, ela não foi mais vista.

RESGATE

No mesmo dia do desaparecimento de Anic, Benjamin Cordeiro Herdy recebeu mensagens de um dos celulares utilizados pela mulher. Os textos exigiam pagamento de resgate no total de R\$ 4,6 milhões. As mensagens orientavam ainda

que a casa da família estava sendo monitorada em tempo real e que ninguém deveria acionar a polícia. O resgate exigido pelos sequestradores foi pago nos dias seguintes, mediante transferências bancárias e saque em espécie.

POLÍCIA ACIONADA

A Polícia Civil de Petrópolis só foi acionada duas semanas após o desaparecimento. Àquela altura, o resgate já havia sido pago. Os agentes foram informados do desaparecimento após a denúncia de uma filha, que chegou a gravar uma conversa entre Benjamin e Lourival.

ACUSADOS

Os investigadores tiveram acesso aos telefones de todos os envolvidos e cruzaram dados de localização do dia do sequestro e do pagamento dos resgates. Segundo mostrou o Fantástico, da TV Globo, foi possível comprovar que Lourival não esteve em uma favela para supostamente pagar os criminosos - mas sim em uma concessionária na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. Lá, ele comprou uma caminhonete avaliada em R\$ 500 mil e uma moto. Também adquiriu 950 aparelhos celulares, que foram levados a uma loja da família.

OS ACUSADOS

O inquérito da Polícia Civil do Rio indiciou quatro pessoas. Lourival Correa Netto Fadiga é acusado de ser o mentor do crime. Além deles, um casal de filhos e uma mulher, que seria amante de Lourival, também respondem com cúmplices. Os filhos estiveram na concessionária com o pai, e a mulher chegou a viajar a Foz do Iguaçu, no Paraná, para resolver pendências relativas à aquisição dos celulares. Os três também teriam ajudado a ocultar os valores do resgate.

GENOCÍDIO

CIJ ordena que Israel pare de imediato a ofensiva em Rafah

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), principal tribunal da ONU, ordenou nesta sexta-feira, que Israel "suspenda imediatamente" a sua ofensiva em Rafah, no sul da Faixa de Gaza. De acordo com o tribunal, a decisão é baseada em desenvolvimentos "excepcionalmente graves" para a população já "extremamente vulnerável" em Rafah.

O presidente do tribunal, Nawaf Salam, leu a decisão enquanto um grupo de manifestantes pró-Palestina protestava do lado de fora. Os receios expressos anteriormente "em relação aos acontecimentos em Rafah materializaram-se" e a "situação humanitária será agora caracterizada como desastrosa", afirmou a decisão lida por Salam.

O tribunal disse que "não estava convencido de que o esforço de retirada" dos civis palestinos em Gaza seja suficiente para "aliviar o imenso risco". A decisão também ordenou que Israel mantivesse aberta a passagem de Rafah para o Egito "para o fornecimento irrestrito e em grande escala de serviços básicos e assistência humanitária urgentemente necessários".

O tribunal da ONU apelou também à "libertação imediata e

incondicional" dos reféns sequestrados pelo grupo terrorista Hamas no ataque de 7 de outubro em solo israelense e detidos desde então em Gaza. As decisões do TIJ são juridicamente vinculativas, mas o órgão não tem meios para implementá-las.

Antes da decisão, Israel sinalizou que também iria rejeitar uma ordem tribunal para parar as suas operações. "Nenhum poder no mundo impedirá Israel de proteger os seus cidadãos e de perseguir o Hamas em Gaza", disse Avi Hyman, o porta-voz do governo, em uma conferência de imprensa na quinta-feira, 23.

O Hamas elogiou a decisão do tribunal, mas disse que Israel deveria cessar a sua ofensiva em toda Gaza e não apenas em Rafah.

CESSAR-FOGO

O tribunal não apelou a um cessar-fogo total em Gaza, como a África do Sul, que abriu o caso, tinha solicitado nas audiências da semana passada. O pedido de cessar-fogo faz parte de um caso apresentado no final do ano passado, acusando Israel de cometer genocídio durante a sua campanha em Gaza. Israel nega veementemente as acusações. O caso levará anos para ser resolvido, mas a África do Sul quer ordens

provisórias para proteger os palestinos enquanto a disputa jurídica continua.

Nas audiências públicas da semana passada no CIJ, o embaixador da África do Sul nos Países Baixos, Vusumuzi Madonsela, instou o painel de 15 juizes internacionais a ordenar a Israel que "se retire total e incondicionalmente" da Faixa de Gaza.

Israel, por sua vez, rejeita as reivindicações da África do Sul, uma nação com laços históricos com o povo palestino. "Israel toma medidas extraordinárias para minimizar os danos aos civis em Gaza", disse Tamar Kaplan-Tourgeman, membro da equipa jurídica de Israel, ao tribunal na semana passada.

Em janeiro, os juizes ordenaram a Israel que fizesse tudo o que estivesse ao seu alcance para evitar a morte, a destruição e quaisquer atos de genocídio em Gaza, mas o painel não chegou a ordenar o fim da ofensiva militar. Em uma segunda ordem, em março, o tribunal disse que Israel deve tomar medidas para melhorar a situação humanitária.

ISRAEL ISOLADO

Embora a decisão do CIJ seja um golpe para a posição internacional de Israel, o tribunal não

tem uma força policial para fazer cumprir as suas ordens. Em um caso separado, a Rússia ignorou até agora uma ordem do tribunal de 2022 para interromper a invasão em grande escala da Ucrânia.

A decisão, porém, aumentará a pressão sobre o país cada vez mais isolado. As críticas à conduta de Israel têm aumentado, especialmente nas operações em Rafah - incluindo pelo seu aliado mais próximo, os Estados Unidos. Só esta semana, três países europeus anunciaram que iriam reconhecer um Estado Palestino, e o procurador-chefe de outro tribunal da ONU, o Tribunal Penal Internacional (TPI) solicitou mandados de prisão para líderes israelenses, incluindo Netanyahu, juntamente com responsáveis do grupo terrorista Hamas.

Israel não é membro do TPI e, por isso, mesmo que os mandados de prisão sejam emitidos, Netanyahu e seu ministro da Defesa, Yoav Gallant, que também é alvo do pedido, não enfrentam qualquer risco imediato de serem processados. Mas a ameaça de prisão poderá dificultar as viagens dos líderes para outros países que integram o tribunal, como a Alemanha, que já afirmou que "cumpriria a lei".

CHINA

Líderes de Taiwan empurram ilha para perigosa situação de guerra

MATHEUS ANDRADE/AE

O porta-voz do Ministério da Defesa da China, Wu Qian, alertou nesta sexta-feira, sobre a postura de Taiwan, dizendo que o novo governo da ilha empurra para uma "perigosa situação de guerra". Em coletiva de imprensa, o representante afirmou que "quando os líderes da região de Taiwan tomaram posse, desafiaram seriamente o princípio de Uma Só China, venderam descaradamente a teoria dos dois Estados e tenta-

ram procurar a independência através da força e confiar em países estrangeiros.

"Taiwan pertence à China e a forma de resolver a questão de Taiwan é uma questão que compete aos próprios mais de 1,4 bilhão de chineses. O Exército de Libertação do Povo Chinês defende a soberania nacional e a integridade territorial com ações práticas. Assim que a independência de Taiwan for provocada, as nossas contramedidas serão levadas avante até que a reunificação comple-

ta da pátria seja alcançada", afirmou ainda.

O porta-voz comentou ainda a postura de Washington para a região "Nos últimos tempos, os Estados Unidos confundiram, esvaziaram e distorceram o princípio de Uma Só China, vendendo armas e ajuda militar a Taiwan e enviando sinais errados graves às forças separatistas da independência de Taiwan. Isto só irá exacerbar as tensões no Estreito de Taiwan e mina seriamente a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan", afirmou.

Sobre contatos recentes de autoridades militares das duas potências, ele respondeu: "espera-se que os Estados Unidos e a China se encontrem a meio caminho, considerem a paz como o mais importante, a estabilidade como a prioridade e a confiança como a base para os intercâmbios entre os dois militares. Com base na igualdade e no respeito, podemos construir um sistema de cooperação sem conflito, sem confronto, aberto e pragmático e acumular gradualmente".

POLÊMICA NAZISTA

Bloco de ultradireita no Parlamento Europeu expulsa partido alemão

O grupo Identidade e Democracia (ID), coalizão de políticos de direita e extrema direita no Parlamento Europeu, expulsou um partido alemão depois que seu principal candidato nas eleições do poder legislativo da União Europeia defendeu criminosos nazistas.

O candidato do partido Alternativa para a Alemanha (AFD), Maximilian Krah, disse em entrevista a um jornal italiano que nem todos os membros da SS, abreviação de Schutzstaffel em alemão, eram criminosos. A instituição defendida por Maximilian foi uma organização paramilitar e de segurança do partido nazista, que esteve envolvida em crimes de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial.

O partido La Lega da Itália,

que integra o grupo europeu de extrema direita, publicou um comunicado, em nome da coalizão, se distanciando das polêmicas do candidato. "O Grupo ID não quer mais ser associado aos incidentes relacionados a Maximilian Krah", disse.

Com a repercussão negativa, o AFD declarou que Maximilian vai deixar sua liderança e que seus erros causaram "danos massivos". O candidato confirmou a renúncia de seu cargo no país e a participação na disputa para ocupar o Parlamento Europeu em uma publicação no X (antigo Twitter), na última quarta-feira.

"Reconheço que minhas declarações factuais estão sendo mal utilizadas como pretexto para prejudicar o nosso partido. A

última coisa que precisamos agora é de um debate sobre mim. Por esse motivo, renuncio agora a qualquer participação em campanha eleitoral e renuncio ao cargo de membro do Conselho Executivo Federal", escreveu.

Apesar de não ter anunciado novas parcerias políticas, a sigla alemã disse que permanecerá omissa para as eleições. "A aliança com outros partidos é essencial para ser politicamente eficaz em Bruxelas. Estamos confiantes de que continuaremos a ter parceiros confiáveis do nosso lado no novo período legislativo", disseram os colíderes do AFD, Alice Weidel e Tino Chrupalla em comunicado.

Com excelentes índices nas pesquisas de opinião da Alemanha, no ano passado, o AFD es-

perava por vitórias nas eleições estaduais do país. Neste ano, a popularidade do partido diminuiu, especialmente depois que milhões de alemães protestaram contra posturas radicais e de extrema direita da sigla.

Maximilian também esteve envolvido em outro escândalo. Autoridades de Bruxelas, na Bélgica, revistaram os escritórios do alemão no Parlamento Europeu para investigar se ele possuía relação com um caso de espionagem para China, envolvendo um de seus assistentes.

Em abril, Petr Bystron, considerado o segundo nome mais cotado para a disputa do poder legislativo europeu, precisou se pronunciar para negar as acusações de que teria recebido dinheiro de uma rede da Rússia.

Nota

IRÃ DIZ QUE HELICÓPTERO DE RAISI PEGOU FOGO APÓS QUEDA E QUE NÃO HÁ SINAL DE ATAQUE

O helicóptero que transportava o falecido presidente do Irã, Ebrahim Raisi, pegou fogo logo após cair em uma montanha e não havia sinal de que tivesse sido atacado, informou a mídia estatal, citando os investigadores militares do acidente. A declaração da equipe geral das forças armadas encarregada de investigar o acidente foi lida na televisão estatal na noite de

quinta-feira. A primeira declaração sobre o acidente não atribuiu culpa, mas disse que mais detalhes viriam após uma investigação mais aprofundada. O acidente no último dia 19 matou Raisi, o ministro das Relações Exteriores do país e outras seis pessoas. O antigo helicóptero Bell caiu em uma região montanhosa remota e enevoadada do noroeste do Irã no domingo. O local da queda foi descoberto na manhã de segunda-feira, com todos os oito a bordo mortos. Raisi foi enterrado em um túmulo no Santuário Imam Reza, em Mashhad, na quinta-feira passada.